



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

PAUTA DA 10^a REUNIÃO

(4^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura)

**24/04/2018
TERÇA-FEIRA
às 15 horas**

**Presidente: Senador Eduardo Braga
Vice-Presidente: Senador Acir Gurgacz**



Comissão de Serviços de Infraestrutura

**10^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55^a LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 24/04/2018.**

10^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Terça-feira, às 15 horas

SUMÁRIO

FINALIDADE	PÁGINA
Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2017, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir no Anexo da Lei a interligação entre o rio Preto, localizado no Estado da Bahia, e o rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o rio São Francisco até o rio Amazonas”.	7

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga
 VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz
 (23 titulares e 23 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Renan Calheiros(7)	AL (61) 3303-2261 1 Hélio José(PROS)(7)
Eduardo Braga(7)	AM (61) 3303-6230 2 Romero Jucá(7)(9)(10)(23)(29)
Fernando Bezerra Coelho(7)(15)	PE (61) 3303-2182 3 Rose de Freitas(7)
Elmano Férrer(PODE)(7)	PI (61) 3303-1015/1115/1215/2 4 Jader Barbalho(7)
Valdir Raupp(7)(27)	RO (61) 3303-2252/2253 5 VAGO(10)(27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
Ângela Portela(PDT)(3)	RR 1 Fátima Bezerra(PT)(3)
Jorge Viana(PT)(3)	AC (61) 3303-6366 e 2 Gleisi Hoffmann(PT)(3)
José Pimentel(PT)(3)	CE (61) 3303-6390 3 Humberto Costa(PT)(3)
Paulo Rocha(PT)(3)	PA (61) 3303-3800 4 Lindbergh Farias(PT)(3)
Acir Gurgacz(PDT)(3)	RO (061) 3303-3131/3132 5 Regina Sousa(PT)(3)
Bloco Social Democrata(PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira(PSDB)(2)	TO (61) 3303-2163/2164 1 José Agripino(DEM)(6)
Ricardo Ferraço(PSDB)(2)(11)(8)(19)(20)	ES (61) 3303-6590 2 Roberto Rocha(PSDB)(18)
Flexa Ribeiro(PSDB)(2)	PA (61) 3303-2342 3 VAGO
Wilder Morais(DEM)(6)(28)	GO (61) 3303 2092 a (61) 3303 2099 4 VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)	
Otto Alencar(PSD)(4)	BA (61) 3303-1464 e 1467 1 Lasier Martins(PSD)(4)
VAGO(4)(28)	2 Ivo Cassol(PP)(4)
Roberto Muniz(PP)(4)	BA (61) 3303-6790/6775 3 Gladson Cameli(PP)(4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
Vanessa Grazziotin(PCdoB)(1)	AM (61) 3303-6726 1 Antonio Carlos Valadares(PSB)(1)(21)
VAGO(1)(16)	2 VAGO
VAGO(14)(18)	3 VAGO
Bloco Moderador(PTB, PRB, PR, PTC)	
Wellington Fagundes(PR)(5)	MT (61) 3303-6213 a 6219 1 Kátia Abreu(PDT)(5)(22)
Vicentinho Alves(PR)(5)	TO (61) 3303-6469 / 6467 2 Telmário Mota(PTB)(5)(12)(13)
VAGO(5)(26)	3 Magno Malta(PR)(5)
SE (61) 3303-2201 a 2206	TO (61) 3303-2708
RR (61) 3303-6315	RR (61) 3303-6315
ES (61) 3303-4161/5867	ES (61) 3303-4161/5867

- (1) Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- (2) Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- (3) Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- (4) Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- (5) Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- (6) Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- (7) Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).
- (8) Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
- (9) Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).

- (10) Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
- (11) Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
- (12) Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- (13) Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
- (14) Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
- (15) Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (16) Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (17) Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- (18) Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
- (19) Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
- (20) Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
- (21) O Senador Antônio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
- (22) Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
- (23) Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
- (24) Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
- (25) Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
- (26) Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).
- (27) Em 17.4.2018, o Senador Valdir Raupp deixou de ocupar a vaga de suplente para ocupar a vaga de titular na comissão, pelo PMDB, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 46/2018-GLPMDB).
- (28) Em 17.04.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2018-GLDEM).
- (29) Em 18.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 50/2018-GLPMDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: TERÇAS-FEIRAS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): THALES ROBERTO FURTADO MORAIS
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-4607
FAX: 61 3303-3286

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 61 3303-3292
E-MAIL: ci@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55^a LEGISLATURA**

Em 24 de abril de 2018
(terça-feira)
às 15h

PAUTA
10^a Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

	Audiência Pública Interativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

Retificações:

1. Indicação nome do representante da ANA (23/04/2018 09:27)
2. Confirmação representante Ministério da Integração. (23/04/2018 10:05)
3. Confirmação representante do Ministério de Minas e Energia (23/04/2018 16:07)
4. Convidados (23/04/2018 16:31)
5. Cargo convidado (24/04/2018 14:56)
6. Cargo convidados (24/04/2018 14:59)

Audiência Pública Interativa

Assunto / Finalidade:

Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2017, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir no Anexo da Lei a interligação entre o rio Preto, localizado no Estado da Bahia, e o rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o rio São Francisco até o rio Amazonas”.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- [RQI 11/2018](#), Senadora Kátia Abreu
- [PLC 138/2017](#), Deputado Gonzaga Patriota

Convidados:

Rafael Ribeiro Silveira

- Coordenado-Geral de Engenharia e Estudos do Departamento de Projetos Estratégicos do Ministério da Integração Nacional

Gilma dos Passos Rocha

- Assessora do Departamento de Planejamento Energético do Ministério de Minas e Energia - MME

Luciano Meneses Cardoso da Silva

- Coordenador de Outorga da Agência Nacional de Águas - ANA

Régis Fontana Pinto

- Coordenador Substituto de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Fluviais e Pontuais Terrestres - IBAMA

Balbino Antônio Evangelista

- Supervisor do Núcleo de Pesquisa em Sistemas Agrícolas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

1

RQI
00011/2018



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Kátia Abreu

REQUERIMENTO N.º DE 2018 - CI

SF/18781.07862-39

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiências Públicas para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2017, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir no Anexo da Lei a interligação entre o rio Preto, localizado no Estado da Bahia, e o rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o rio São Francisco até o rio Amazonas”.

Sugiro que para a ideal instrução desta matéria do qual sou relatora, sejam realizadas três Audiências Públicas, sendo duas nesta Comissão no Senado Federal e uma no Estado de Tocantins em sua capital a cidade de Palmas, conforme segue a indicação de convidados:

AUDIÊNCIA Nº 1: EM BRASÍLIA - DF

- Representante do Ministério do Meio Ambiente;
- Representante do Ministério de Minas e Energia;
- Sra. Christianne Dias - Diretora-presidente da Agência Nacional de Águas / ANA;
- Sr. Maurício Antonio Lopes – Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;
- Sr. Rafael Ribeiro Silveira - Coordenador-Geral de Engenharia e Estudos do Ministério da Integração Nacional;
- Sr. Anivaldo Miranda - Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco/CBHSF;
- Representante do Fórum Tocantinense de Comitês de Bacias Hidrográficas – FTCBH;

AUDIÊNCIA Nº 2: EM PALMAS - TOCANTINS

- Sr. Rafael Ribeiro Silveira - Coordenador-Geral de Engenharia e Estudos do Ministério da Integração Nacional;
- Sr. Walter Ohofugi – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Tocantins / OAB/TO;

- Sr. Jean Carlos Almeida Teixeira – Diretor do Grupo Jaime Câmara e Organizador do Fórum das Águas;
- Sr. Anízio Costa Pedreira – Superintendente de Irrigação e Drenagem da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Governo do Estado de Tocantins;
- Sr. Fernán Vergara – Professor da Universidade Federal do Tocantins – UFT;
- Representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Tocantins - CERH/TO;
- Representante da Associação de Conservação do Meio Ambiente e Produção Integrada de Alimentos da Amazônia – Gaia;



AUDIÊNCIA Nº 3: EM BRASÍLIA /DF

- Sr. Hypérides Macêdo - Engenheiro Civil, Professor e Consultor na área de Recursos Hídricos;
- Sr. João Suassuna – Fundação Joaquim Nabuco;
- Sr. Fernán Vergara – Professor da Universidade Federal do Tocantins – UFT;
- Sr. Divaldo Resende – Instituto Ecológica Palmas/TO;
- Sr. Vicente Andreu – Especialista em Recursos Hídricos;
- Representante do Fórum Tocantinense de Comitês de Bacias Hidrográficas - FTCBH;
- Representante da Associação de Conservação do Meio Ambiente e Produção Integrada de Alimentos da Amazônia – Gaia;

Estes eventos terão como objetivo subsidiar esta relatora e os trabalhos desta Comissão com depoimentos, análises e informações acerca da sustentabilidade do Rio Tocantins, sua interface com a agropecuária e a agricultura irrigada do estado, especialmente, no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, pesca, produção de energia, abastecimento humano e proteção do meio ambiente.

JUSTIFICAÇÃO

Há tempos que a bacia do rio Tocantins vem enfrentando condições hidrometeorológicas desfavoráveis, com vazões e precipitações abaixo da média. Em função das baixas precipitações, o ano de 2015 foi o que teve as menores vazões no rio Tocantins registradas desde o início das observações em 1931.

O déficit hídrico na bacia do Tocantins vem se acumulado em 2017, pois as chuvas observadas têm ficado abaixo da média esperada. A precipitação

observada entre outubro de 2016 e agosto de 2017, por exemplo, foi de apenas 47% da média esperada para o período, segundo dados do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/INPE). Além disso, a curto prazo, não são esperadas precipitações com volumes significantes, o que é normal para o mês de agosto, que historicamente apresenta valores baixos de precipitação na bacia. Segundo o histórico de monitoramento da região, a tendência é que as primeiras chuvas de transição que marcam o início do próximo período chuvoso aconteçam a partir de setembro.

Entre outubro de 2016 e abril de 2017, no último período úmido da bacia, as vazões do rio Tocantins foram as menores já verificadas de todo o histórico. As baixas vazões do rio Tocantins têm acarretado impactos nos níveis de armazenamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN) ali instalados.

Estudos da Agência Nacional de Águas (ANA) e do próprio Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco reforçam essa preocupação: o Rio Tocantins não tem volume nem vazão suficientes para suportar uma transposição e em cada ano seu volume reduz. Todos nós vimos durante a seca deste ano que, em vários pontos do estado, era possível atravessar o leito a pé. Onde havia água em abundância, hoje há pedras e areia.

Embora reconheçamos a gravidade do problema que a baixa vazão do São Francisco traz para a população nordestina, não podemos solucioná-lo ao custo da morte do rio Tocantins – esse não tem volume nem vazão suficientes para suportar uma transposição. Antes de propor a transposição das águas do Tocantins, obra estimada em R\$ 1,3 bilhões, a prioridade seria a revitalização da bacia do velho chico.

Vale ressaltar que, em audiência na CDR, em 23 de agosto de 2017, o Ministro da Integração nacional, Helder Barbalho, destacou que, para operacionalidade da transposição, é estimado um custo em torno de R\$ 500 milhões por ano. E, destes R\$ 500 milhões, R\$ 300 milhões seriam gastos apenas para custear a energia necessária ao bombeamento, devido ao desnível acentuado entre a captação e a entrega da água.

Pegar uma água do Rio Tocantins e elevá-la a mais de 300 metros (a Serra Geral, em cujo platô passaria esse hipotético canal, tem até 100 metros de



SF18781.07862-39

altitude) para o São Francisco, seria absolutamente inviável. Esse montante seria mais bem aplicado na revitalização do São Francisco, para recompor as matas do território da bacia, principalmente as ciliares, encostas e áreas de recarga dos aquíferos.

Pelo exposto, apresentamos este requerimento de audiências públicas por se tratar de uma matéria de grande importância para a manutenção dos recursos hidros do Brasil e do meu estado do Tocantins.



Sala da Comissão,

Senadora KÁTIA ABREU

APROVADO EM 13/03/2018

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Kátia Abreu

REQUERIMENTO N.º 11, DE 2018 – CI

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiências Públicas para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2017, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir no Anexo da Lei a interligação entre o rio Preto, localizado no Estado da Bahia, e o rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o rio São Francisco até o rio Amazonas”.

Sugiro que para a ideal instrução desta matéria do qual sou relatora, sejam realizadas três Audiências Públicas, sendo duas nesta Comissão no Senado Federal e uma no Estado de Tocantins em sua capital a cidade de Palmas, conforme segue a indicação de convidados:

AUDIÊNCIA Nº 1: EM BRASÍLIA - DF

- Representante do Ministério do Meio Ambiente;
- Representante do Ministério de Minas e Energia;
- Sra. Christianne Dias - Diretora-presidente da Agência Nacional de Águas / ANA;
- Sr. Maurício Antonio Lopes – Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;
- Sr. Rafael Ribeiro Silveira - Coordenador-Geral de Engenharia e Estudos do Ministério da Integração Nacional;
- Sr. Anivaldo Miranda - Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco/CBHSF;
- Representante do Fórum Tocantinense de Comitês de Bacias Hidrográficas – FTCBH;
- Secretário de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia.

AUDIÊNCIA Nº 2: EM PALMAS - TOCANTINS

- Sr. Rafael Ribeiro Silveira - Coordenador-Geral de Engenharia e Estudos do Ministério da Integração Nacional;
- Sr. Walter Ohofugi – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Tocantins / OAB/TO;
- Sr. Jean Carlos Almeida Teixeira – Diretor do Grupo Jaime Câmara e Organizador do Fórum das Águas;

-
- Sr. Anízio Costa Pedreira – Superintendente de Irrigação e Drenagem da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Governo do Estado de Tocantins;
 - Sr. Fernán Vergara – Professor da Universidade Federal do Tocantins – UFT;
 - Representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Tocantins - CERH/TO;
 - Representante da Associação de Conservação do Meio Ambiente e Produção Integrada de Alimentos da Amazônia – Gaia;

AUDIÊNCIA Nº 3: EM BRASÍLIA /DF

- Sr. Hypérides Macêdo - Engenheiro Civil, Professor e Consultor na área de Recursos Hídricos;
- Sr. João Suassuna – Fundação Joaquim Nabuco;
- Sr. Fernán Vergara – Professor da Universidade Federal do Tocantins – UFT;
- Sr. Divaldo Resende – Instituto Ecológica Palmas/TO;
- Sr. Vicente Andreu – Especialista em Recursos Hídricos;
- Representante do Fórum Tocantinense de Comitês de Bacias Hidrográficas - FTCBH;
- Representante da Associação de Conservação do Meio Ambiente e Produção Integrada de Alimentos da Amazônia – Gaia;

Estes eventos terão como objetivo subsidiar esta relatora e os trabalhos desta Comissão com depoimentos, análises e informações acerca da sustentabilidade do Rio Tocantins, sua interface com a agropecuária e a agricultura irrigada do estado, especialmente, no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, pesca, produção de energia, abastecimento humano e proteção do meio ambiente.

JUSTIFICAÇÃO

Há tempos que a bacia do rio Tocantins vem enfrentando condições hidrometeorológicas desfavoráveis, com vazões e precipitações abaixo da média. Em função das baixas precipitações, o ano de 2015 foi o que teve as menores vazões no rio Tocantins registradas desde o início das observações em 1931.

O déficit hídrico na bacia do Tocantins vem se acumulado em 2017, pois as chuvas observadas têm ficado abaixo da média esperada. A precipitação observada entre outubro de 2016 e agosto de 2017, por exemplo, foi de apenas 47% da média esperada para o período, segundo dados do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/INPE). Além disso, a curto prazo, não são esperadas precipitações com volumes significantes, o que é normal para o mês de agosto, que historicamente apresenta valores baixos de precipitação na bacia. Segundo o histórico de monitoramento da região, a tendência é que as primeiras chuvas de transição

que marcam o início do próximo período chuvoso aconteçam a partir de setembro.

Entre outubro de 2016 e abril de 2017, no último período úmido da bacia, as vazões do rio Tocantins foram as menores já verificadas de todo o histórico. As baixas vazões do rio Tocantins têm acarretado impactos nos níveis de armazenamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN) ali instalados.

Estudos da Agência Nacional de Águas (ANA) e do próprio Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco reforçam essa preocupação: o Rio Tocantins não tem volume nem vazão suficientes para suportar uma transposição e em cada ano seu volume reduz. Todos nós vimos durante a seca deste ano que, em vários pontos do estado, era possível atravessar o leito a pé. Onde havia água em abundância, hoje há pedras e areia.

Embora reconheçamos a gravidade do problema que a baixa vazão do São Francisco traz para a população nordestina, não podemos solucioná-lo ao custo da morte do rio Tocantins – esse não tem volume nem vazão suficientes para suportar uma transposição. Antes de propor a transposição das águas do Tocantins, obra estimada em R\$ 1,3 bilhões, a prioridade seria a revitalização da bacia do velho chico.

Vale ressaltar que, em audiência na CDR, em 23 de agosto de 2017, o Ministro da Integração nacional, Helder Barbalho, destacou que, para operacionalidade da transposição, é estimado um custo em torno de R\$ 500 milhões por ano. E, destes R\$ 500 milhões, R\$ 300 milhões seriam gastos apenas para custear a energia necessária ao bombeamento, devido ao desnível acentuado entre a captação e a entrega da água.

Pegar uma água do Rio Tocantins e elevá-la a mais de 300 metros (a Serra Geral, em cujo platô passaria esse hipotético canal, tem até 100 metros de altitude) para o São Francisco, seria absolutamente inviável. Esse montante seria mais bem aplicado na revitalização do São Francisco, para recompor as matas do território da bacia, principalmente as ciliares, encostas e áreas de recarga dos aquíferos.

Pelo exposto, apresentamos este requerimento de audiências públicas por se tratar de uma matéria de grande importância para a manutenção dos recursos hidros do Brasil e do meu estado do Tocantins.

Sala da Comissão, 13 de março de 2018.

Senadora KÁTIA ABREU



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 138, DE 2017

(nº 6.569/2013, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir no Anexo da Lei a interligação entre o rio Preto, localizado no Estado da Bahia, e o rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o rio São Francisco até o rio Amazonas.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1158074&filename=PL-6569-2013



[Página da matéria](#)

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir no Anexo da Lei a interligação entre o rio Preto, localizado no Estado da Bahia, e o rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o rio São Francisco até o rio Amazonas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O item 5.2.2 - Interligação de Bacias do Plano Nacional de Viação, constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescido da interligação entre o rio Preto, localizado no Estado da Bahia, e o rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o rio São Francisco até o rio Amazonas, nos termos seguintes:

“5.2.2 - INTERLIGAÇÃO DE BACIAS DO PLANO NACIONAL DE VIAÇÃO

INTERLIGAÇÃO	TRECHO A SER TORNADO NAVEGÁVEL
.....
Rio Preto (BA)- Tocantins	Rio São Francisco-Rio Amazonas

”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2017.

RODRIGO MAIA
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 5.917, de 10 de Setembro de 1973 - Lei do PNV - 5917/73
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1973:5917>

APROVADO EM 13/03/2018

SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Kátia Abreu

REQUERIMENTO N.º 11, DE 2018 – CI

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiências Públicas para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2017, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir no Anexo da Lei a interligação entre o rio Preto, localizado no Estado da Bahia, e o rio Tocantins, destinada a assegurar a navegação desde o rio São Francisco até o rio Amazonas”.

Sugiro que para a ideal instrução desta matéria do qual sou relatora, sejam realizadas três Audiências Públicas, sendo duas nesta Comissão no Senado Federal e uma no Estado de Tocantins em sua capital a cidade de Palmas, conforme segue a indicação de convidados:

AUDIÊNCIA Nº 1: EM BRASÍLIA - DF

- Representante do Ministério do Meio Ambiente;
- Representante do Ministério de Minas e Energia;
- Sra. Christianne Dias - Diretora-presidente da Agência Nacional de Águas / ANA;
- Sr. Maurício Antonio Lopes – Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;
- Sr. Rafael Ribeiro Silveira - Coordenador-Geral de Engenharia e Estudos do Ministério da Integração Nacional;
- Sr. Anivaldo Miranda - Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco/CBHSF;
- Representante do Fórum Tocantinense de Comitês de Bacias Hidrográficas – FTCBH;
- Secretário de Infraestrutura Hídrica e Saneamento do Estado da Bahia.

AUDIÊNCIA Nº 2: EM PALMAS - TOCANTINS

- Sr. Rafael Ribeiro Silveira - Coordenador-Geral de Engenharia e Estudos do Ministério da Integração Nacional;
- Sr. Walter Ohofugi – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Tocantins / OAB/TO;
- Sr. Jean Carlos Almeida Teixeira – Diretor do Grupo Jaime Câmara e Organizador do Fórum das Águas;

-
- Sr. Anízio Costa Pedreira – Superintendente de Irrigação e Drenagem da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Governo do Estado de Tocantins;
 - Sr. Fernán Vergara – Professor da Universidade Federal do Tocantins – UFT;
 - Representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Tocantins - CERH/TO;
 - Representante da Associação de Conservação do Meio Ambiente e Produção Integrada de Alimentos da Amazônia – Gaia;

AUDIÊNCIA Nº 3: EM BRASÍLIA /DF

- Sr. Hypérides Macêdo - Engenheiro Civil, Professor e Consultor na área de Recursos Hídricos;
- Sr. João Suassuna – Fundação Joaquim Nabuco;
- Sr. Fernán Vergara – Professor da Universidade Federal do Tocantins – UFT;
- Sr. Divaldo Resende – Instituto Ecológica Palmas/TO;
- Sr. Vicente Andreu – Especialista em Recursos Hídricos;
- Representante do Fórum Tocantinense de Comitês de Bacias Hidrográficas - FTCBH;
- Representante da Associação de Conservação do Meio Ambiente e Produção Integrada de Alimentos da Amazônia – Gaia;

Estes eventos terão como objetivo subsidiar esta relatora e os trabalhos desta Comissão com depoimentos, análises e informações acerca da sustentabilidade do Rio Tocantins, sua interface com a agropecuária e a agricultura irrigada do estado, especialmente, no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, pesca, produção de energia, abastecimento humano e proteção do meio ambiente.

JUSTIFICAÇÃO

Há tempos que a bacia do rio Tocantins vem enfrentando condições hidrometeorológicas desfavoráveis, com vazões e precipitações abaixo da média. Em função das baixas precipitações, o ano de 2015 foi o que teve as menores vazões no rio Tocantins registradas desde o início das observações em 1931.

O déficit hídrico na bacia do Tocantins vem se acumulado em 2017, pois as chuvas observadas têm ficado abaixo da média esperada. A precipitação observada entre outubro de 2016 e agosto de 2017, por exemplo, foi de apenas 47% da média esperada para o período, segundo dados do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/INPE). Além disso, a curto prazo, não são esperadas precipitações com volumes significantes, o que é normal para o mês de agosto, que historicamente apresenta valores baixos de precipitação na bacia. Segundo o histórico de monitoramento da região, a tendência é que as primeiras chuvas de transição

que marcam o início do próximo período chuvoso aconteçam a partir de setembro.

Entre outubro de 2016 e abril de 2017, no último período úmido da bacia, as vazões do rio Tocantins foram as menores já verificadas de todo o histórico. As baixas vazões do rio Tocantins têm acarretado impactos nos níveis de armazenamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN) ali instalados.

Estudos da Agência Nacional de Águas (ANA) e do próprio Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco reforçam essa preocupação: o Rio Tocantins não tem volume nem vazão suficientes para suportar uma transposição e em cada ano seu volume reduz. Todos nós vimos durante a seca deste ano que, em vários pontos do estado, era possível atravessar o leito a pé. Onde havia água em abundância, hoje há pedras e areia.

Embora reconheçamos a gravidade do problema que a baixa vazão do São Francisco traz para a população nordestina, não podemos solucioná-lo ao custo da morte do rio Tocantins – esse não tem volume nem vazão suficientes para suportar uma transposição. Antes de propor a transposição das águas do Tocantins, obra estimada em R\$ 1,3 bilhões, a prioridade seria a revitalização da bacia do velho chico.

Vale ressaltar que, em audiência na CDR, em 23 de agosto de 2017, o Ministro da Integração nacional, Helder Barbalho, destacou que, para operacionalidade da transposição, é estimado um custo em torno de R\$ 500 milhões por ano. E, destes R\$ 500 milhões, R\$ 300 milhões seriam gastos apenas para custear a energia necessária ao bombeamento, devido ao desnível acentuado entre a captação e a entrega da água.

Pegar uma água do Rio Tocantins e elevá-la a mais de 300 metros (a Serra Geral, em cujo platô passaria esse hipotético canal, tem até 100 metros de altitude) para o São Francisco, seria absolutamente inviável. Esse montante seria mais bem aplicado na revitalização do São Francisco, para recompor as matas do território da bacia, principalmente as ciliares, encostas e áreas de recarga dos aquíferos.

Pelo exposto, apresentamos este requerimento de audiências públicas por se tratar de uma matéria de grande importância para a manutenção dos recursos hidros do Brasil e do meu estado do Tocantins.

Sala da Comissão, 13 de março de 2018.

Senadora KÁTIA ABREU